

# Brasília estuda demolição de 'shopping' por causa de fraude

Brasília — Gilberto Alves

Simone Salles

BRASÍLIA — Um dos maiores empreendimentos imobiliários de Brasília, o Shopping Center Baracat, localizado em área nobre da capital, poderá ser demolido — antes mesmo de ter sua construção terminada, 13 anos depois do início das obras — se o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal (Cauma) concluir que houve fraude, irregularidades processuais, favorecimento administrativo e ocupação indevida de terrenos da União. A obra está embargada, o que ocasionou um prejuízo estimado em mais de CZ\$ 27 bilhões pelos proprietários.

A polêmica em torno do *shopping*, situado no Setor Comercial Sul, num dos pontos mais movimentados de Brasília, foi reiniciado com o pedido de *habite-se* parcial feito pela empresa proprietária, a Construção Indústria e Comércio Baracat Ltda, ao Governo do Distrito Federal. Este preferiu, antes, submeter todo o processo de construção — mais de 73 mil metros quadrados — à análise do conselho, que dará seu parecer no próximo dia 22, definindo então o futuro do *shopping*.

— É completamente ilegal. Ninguém pode autorizar construção em terreno da União, sem um consentimento prévio do Senado, em forma de lei — afirmou o relator do processo no conselho, Pedro Costa, referindo-se ao que considera a mais grave de todas as irregularidades. Ele encaminhará seu parecer à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, à qual recomendará a abertura de inquérito administrativo, penal e civil, para apurar as responsabilidades por tantos "abusos". Para o Secretário da Viação e Obras, Carlos Magalhães, o esqueleto da construção é o "espelho da impunidade dos governos anteriores". Em sua opinião, "ninguém construiria um empreendimento ou autorizaria tantas irregularidades, se não tivesse a certeza de permanecer impune".

A abertura de um inquérito sobre as condições de aprovação do projeto e licenciamento da obra mexerá num emaranhado de irregularidades e fraudes que teriam sido cometidas por dois ex-secretários de Viação e Obras, dois ex-diretores de Departamento de Fiscalização e Licenciamento de Obras da secretaria, dois ex-diretores da Divisão de Exame e Aprovação de Projetos, e conseqüentemente, os donos e diretores da empresa proprietária, os irmãos José e Edmundo Baracat, que estão entre os maiores empreiteiros de Brasília.

Enquanto o relator Pedro Costa não formalizar seu parecer com a aprovação do colegiado do conselho, e o



## Obra do "shopping" já dura 13 anos

encaminhar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a empresa nada pretende fazer. Até agora, com o adiamento do lançamento publicitário do *shopping*, marcado para o dia 20, e 2 desistências de vendas (mais de 40% das 400 lojas e 30% dos 280 escritórios que compõem o conjunto estavam praticamente vendidas), a Baracat já acumula um prejuízo estimado em mais de CZ\$ 27 bilhões em moeda atualizada, considerando os investimentos feitos desde o início da obra, em 1975.

— Todo o processo está aprovado pelo Distrito Federal. Não fizemos nada de irregular ou sem consulta prévia à secretaria. Como isso poderia ser feito, se tínhamos um fiscal da própria secretaria acompanhando a construção? — diz Edmundo Baracat, que já acionou judicialmente o relator Pedro Costa por ter "insinuado" em entrevista à imprensa a possibilidade de ter havido "corrupção e suborno para aprovação do projeto". "Com essas denúncias e insinuações, eles (Pedro Costa e Carlos Magalhães) desacreditaram o empreendimento e nos difamaram. É uma inconseqüência. Quem vai nos ressarcir, agora, dos prejuízos?", disse José Baracat.

O escritório de advocacia contratado para defendê-los das "difamações" pertence ao presidente da Construção, Indústria e Comércio Baracat Ltda, Elson Crisóstomo Pereira, que tem como sócio um dos ex-diretores do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, Nei Gabriel de Souza, envolvido no processo de liberação da construção. O Edmundo Baracat também acusou, por "ter dado informações a esse Pedro Costa", a ex-diretora do Departamento de Exame e Aprovação de Projetos, Iara Andrade de Miranda, que autorizou uma das modificações irregulares incluídas no projeto.